

Rememória

Entrevistas sobre
o Brasil do século XX

ENTREVISTA ORIGINALMENTE PUBLICADA EM:

AZEVEDO, Ricardo; MAUÉS, Flamarion (orgs.).
Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX.
São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

Disponível em:

<<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/2262>>

Leia também da Editora Fundação Perseu Abramo:

Um trabalhador da notícia:

Textos de Perseu Abramo

Organização de Bia Abramo

Orçamento Participativo:

A experiência de Porto Alegre

Tarso Genro e Ubiratan de Souza

Versões e ficções:

O seqüestro da história

Daniel Aarão Reis Filho, Elio Gaspari, César Benjamin,
Franklin Martins, Vera Silvia Magalhães, Helena Salem,
Paulo Moreira Leite, Jorge Nahas, Marcelo Ridenti,
Alípio Freire, Celso Horta, Izaías Almada
Consuelo Lins, Idibal Piveta, Dulce Muniz, Renato Tapajós,
Cláudio Torres e Eugênio Bucci

Desafios do governo local:

O modo petista de governar

Antonio Palocci, Cristovam Buarque, Raul Pont,
Celso Daniel, Ângela Guadagnin, Olívio Dutra, Tarso Genro,
Patrus Ananias, Maria do Carmo, Edmilson Rodrigues,
Luiz Sérgio Nóbrega, Luiz Dulci, César Alvarez,
Delúbio Soares, Marco Aurélio Garcia

Uma revolução perdida:

A história do socialismo soviético

Daniel Aarão Reis Filho

Vida e Arte — Memórias de Lélia Abramo

Lélia Abramo

Em co-edição com a Editora da UNICAMP

Fúlvio Abramo — Antonio Candido
Lélia Abramo — Apolonio de Carvalho — Clara Charf
Madre Cristina — Jacob Gorender
Florestan Fernandes — Goffredo Telles Júnior
Herbert de Souza (Betinho) — Paulo Freire
Isaac Akcelrud — Vladimir Palmeira
José Gomes da Silva — Maria Augusta Capistrano
D. Pedro Casaldáliga — Elizabeth Teixeira

Rememória

Entrevistas sobre o Brasil do século XX

Organização: Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

Diretoria

Luiz Dulci — presidente
Zilah Abramo — vice-presidente
Hamilton Pereira — diretor
Ricardo de Azevedo — diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Sandra Brazil
Maurício Balthazar Leal
Denise Dognini

Textos biográficos

Valter Pomar

Índice Onomástico

Paula Cristina Bernardo

Capa

Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

1ª edição: novembro de 1997

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 — São Paulo — SP

Telefone: (011) 259-8024 — Fone/Fax: (011) 571-4299

E-mail: editora@fpabramo.org.br

Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>

Sumário

Apresentação, 7

Ricardo Azevedo

Fúlvio Abramo, 11

Antonio Candido, 29

Armando Mazzo, 47

Lélia Abramo, 63

Apolonio de Carvalho, 83

Clara Charf, 129

Madre Cristina, 153

Jacob Gorender, 173

Goffredo Telles Júnior, 205

Florestan Fernandes, 223

Herbert de Souza (Betinho), 241

Paulo Freire, 259

Isaac Akcelrud, 281

Vladimir Palmeira, 299

José Gomes da Silva, 323

Maria Augusta Capistrano, 349

D. Pedro Casaldáliga, 373

Elizabeth Teixeira, 395

Índice remissivo, 410

Clara Charf

por *Maria Rita Kehl*
e *Paulo de Tarso Venceslau*

Teoria&Debate nº 8 , 4º trimestre de 1989

Nasceu em 17 de julho de 1925, em Maceió (AL), onde morou até 1942. Aos 17 anos, acompanhou sua família na mudança para Recife. Mais velha de três irmãos, queria ser médica. Seu primeiro emprego foi na base naval americana como datilógrafa-copista em inglês. Foi em Recife também que Clara Charf iniciou sua militância política. Dois acontecimentos lhe marcaram profundamente: o primeiro comício de Luís Carlos Prestes, recém-saído da cadeia, após a queda do Estado Novo, no fim da Segunda Guerra Mundial; e a passagem por Recife de Anita Leocádia, filha de Prestes com a revolucionária alemã Olga Benário, nascida em um campo de concentração alemão, e retirada de lá graças ao esforço de sua avó paterna e à solidariedade internacional. Em 1946, Clara mudou-se para o Rio de Janeiro. Filiou-se ao Partido Comunista ao completar 21 anos. Desejava ser aviadora, profissão vedada por lei para as mulheres. Acabou trabalhando como aeromoça nas Aerovias Brasil. Em 1947 conheceu Carlos Marighella, líder revolucionário com quem viveu até seu assassinato pela ditadura militar, em 1969. Em 1970, parte para o exílio em Cuba, de onde retorna em 1979, com a Anistia. Filiada ao PT, integrou por diversas vezes órgãos dirigentes do partido. Concentrou sua atividade na luta pelo resgate dos mortos e desaparecidos; na luta pelos direitos humanos; nas atividades de solidariedade entre os povos; e no movimento de mulheres, do qual faz parte desde o fim do Estado Novo. Trabalhou na prefeitura de São Paulo durante todo o governo Luiza Erundina. A partir de 1993, além de continuar integrando o coletivo da Secretaria Nacional de Mulheres e da Secretaria de Relações Internacionais do PT, participou de uma série de eventos ligados ao resgate da memória de Carlos Marighella. Organizou os livros *Poemas: Rondó da liberdade e Por que resisti à prisão*, este

último anteriormente editado na clandestinidade, ambos de Marighella. Em 11 de setembro de 1996, uma comissão especial do Ministério da Justiça reconheceu a responsabilidade do Estado no assassinato de Carlos Marighella. Peça importante para esta decisão foi um dossiê, de cuja elaboração Clara participou ativamente. Ouvida pela imprensa, Clara declarou que o próximo passo será o resgate, nos livros escolares, da verdadeira história dos homens e mulheres que lutaram contra a ditadura militar. Desde que voltou ao Brasil, Clara proferiu centenas de palestras para todos os tipos de públicos, especialmente estudantes. Sua entrevista foi concedida a Maria Rita Kehl e Paulo de Tarso Venceslau, no segundo semestre de 1989. Na época, Clara Charf trabalhava na prefeitura de São Paulo. Aos 72 anos, Clara continua militando ativamente.

Clara, você é uma pessoa que teve uma vida marcada pela clandestinidade, pela luta. Hoje, você se encontra no aparelho de Estado, a prefeitura de São Paulo, junto ao gabinete do vice-prefeito, desempenhando tarefas importantes na área de relações internacionais. Como é para você compatibilizar convivências tão diferentes?

CLARA CHARF — Primeiro, a minha vida não foi só pautada pela clandestinidade. A clandestinidade foi decorrência da luta, da minha cassação de direitos políticos e da perseguição. Você exagerou um pouco. Eu trabalhei muitos anos sem ser clandestina. Tive profissões, trabalhei em diferentes lugares. Mesmo na volta do exílio eu também trabalhei, milito no partido desde que o PT foi formado legalmente, portanto minha vida não é só clandestinidade. Tem a ver com a luta na qual eu me integrei há muitos anos. Agora, estar na prefeitura hoje eu encaro com a maior naturalidade, porque é coerente com a vida que eu escolhi, marcada por episódios diferentes, de luta aberta, de massa, de luta clandestina, desde que comecei a militar no fim da Segunda Guerra Mundial. Nunca imaginei, isso é verdade, estar trabalhando numa prefeitura, como a de São Paulo, nas condições de hoje.

Como é que foi esse processo de seu engajamento político? Teve uma virada na sua vida ou isso foi surgindo devagar? Teve um clique que te deu?

Não. Começou lá em Recife. Meus pais mudaram de Maceió para lá. Comecei numa época em que a efervescência política no país era muito grande porque estava terminando a Segunda Guerra Mundial. Naquele tempo eu já tinha contato com algumas pessoas que tinham estado presas durante o Estado Novo; alguns velhos comunistas. Naquele momento só se falava na vitória da União Soviética, um país socialista, e dos países aliados sobre o nazismo. Aquilo tudo explodiu em Recife com o aparecimento de gente que pipocava em todo lado procurando organizações, participando de comícios etc. Era uma grande festa da liberdade. Eu comecei a militar nessa época.

O que mais te sensibilizou naquele momento?

Eu tinha uma verdadeira paixão pela história que o pessoal que foi saindo da cadeia contava. Eu sou filha de família de classe média, e vivia num ambiente de classe média mas muito pobre. Eu ia observando tudo em volta. Havia muita criança miserável, condições muito ruins de vida, muita pobreza, naqueles bairros de Recife. Essas coisas todas mexiam muito comigo, sempre mexeram muito, tanto que eu queria até ser médica, porque achava que como médica eu ia resolver os problemas de sofrimento. Isso foi se misturando com tudo o que o pessoal que foi preso contava, com o objetivo da luta, para transformar a sociedade. Eu fui me ligando a estas pessoas, e depois, quando começaram os primeiros comícios enormes em Recife, vibrantes, cheios de calor, de paixão, de luta, eu fui em todos. Aí não perdia nada.

Mas já tinha algum tipo de organização de que você participava?

Espera aí, calma... Inicialmente eu não era muito organizada. Eu estou dizendo como é que a gente ia acordando. Minha militância era muito fluida no começo, né? Você ajuda a divulgar, a propagar. Mas só oficializei minha militância aos 21 anos de idade, porque só aí me tornei dona de mim mesma juridicamente. Meu pai era contra que eu me metesse nessas coisas todas. Ele não acreditava naquela democracia, achava que ela só iria durar dois anos. Eu tive de romper com todas as proibições da minha vida familiar.

O sobrenome Charf é um sobrenome judeu?

É.

Essa origem teve alguma influência?

Esse é outro lado da questão. Quer dizer, para eu poder militar e ter essa rebeldia diante das proibições e dos preconceitos entrava também a questão da minha origem. Meus pais eram judeus russos. O meu convívio principal não se dava nas famílias judias. Mas se dava também, né?, mas era o centro da minha vivência. E eu me dava com todo mundo. Meus pais não conviviam muito com o grosso da sociedade israelita em Recife. A vivência deles, por serem judeus pobres, era muito mais mesclada, misturada, com os vizinhos. Agora, quando se tratava de namorar, quando se pensava em futuro, claro que a visão do meu pai era de que eu tinha de casar com um judeu mesmo.

Você trabalhava?

Como eu não pude estudar medicina, fui trabalhar na base naval americana. A guerra ainda não havia terminado e os americanos tinham uma base naval em Recife.

Você fazia o quê?

Como eu sabia um pouco de inglês e datilografia, era copista em inglês. Eu estudei datilografia e inglês com o dinheiro que minha mãe escondia das compras. Eu já havia estudado datilografia sem meu pai saber, era assim a cabeça dele. Essa situação se estendeu mais ou menos até minha mãe morrer. Em 1946, eu vim para o Rio e acabei sendo aeromoça.

E dava para conciliar o trabalho com a militância?

Eu acho que essa profissão tinha a ver com a idéia de liberdade, de voar, de viajar, de conhecer, de entender o horizonte do conhecimento. Eu militava e trabalhava na profissão. O partido tinha células abertas no Rio. Era a liberdade da época. O partido tinha uma bancada de deputados. No Rio a situação era muito bonita, do ponto de vista da liberdade, porque era uma efervescência muito

grande: reuniões, discussões, passeatas, festas. E muita gente jovem, sem muita idéia do que podia acontecer na medida em que ia se radicalizando o processo de organização popular. O recrutamento para o PC era feito em praça pública. Eu fiz isso várias vezes. Fazia parte da militância. A gente gritava: “Companheiros...” — era mais ou menos assim — “entrem no partido do Prestes”, porque todo mundo era prestista naquela época. O pessoal se filiava na rua. Era uma coisa assim, aberta, de massa, mas sem nenhum outro tipo de preparação. Durou pouco tempo também. Dois anos de legalidade, só. E as pessoas não chegaram nem a adquirir cultura política, não chegaram a estudar o próprio processo histórico brasileiro. Então, quando veio a repressão, aquilo murchou. Eu conheci o [Carlos] Marighella na época da legalidade, lá no Rio. Marighella era parlamentar e eu trabalhava como aeromoça, a gente se encontrou casualmente. E depois nós trabalhamos juntos na fração parlamentar, uma forma que o PC encontrou na época para ajudar os parlamentares. Uma assessoria coletiva para todos os deputados do partido. E Marighella era deputado e responsável por essa fração parlamentar.

O que você fazia?

Eu ajudava em tudo, na documentação, no arquivo, na datilografia, na parte política. E foi lá que a gente foi convivendo. Nessa época o partido foi fechado, mas a fração parlamentar continuou aberta até 1948, quando os mandatos foram cassados. É importante ver como foi o comportamento do Marighella nessa época. É uma página muito bonita, porque o Marighella tem uma história de luta dura, desde que começou a militar, sempre marcada por perseguição ou repressão. Ele teve a possibilidade de se revelar na legalidade como deputado, como um dos parlamentares mais combativos. Além de ser grande orador, também tinha grande cultura escolástica. Recebia, do Brasil inteiro, cartas de trabalhadores dos correios, de ferroviários, de todas as profissões. E ele ia utilizando aquele material todo para orientar sua intervenção no Parlamento.

E você sabe como começou a militância do Marighella?

Ele começou a história política dele também de forma rebelde, como estudante, se rebelando contra a intervenção de Juraci Magalhães (que foi interventor de Getúlio Vargas na Bahia), e fazendo poesia pegou a primeira cadeia.

Em que ano foi isso?

Em 1932. Marighella tinha 21 anos. Ele se destacou na escola pela originalidade do comportamento escolar. Ele lutava contra preconceitos na Bahia. Naquela época havia até a segregação dos negros na escola. Ele era uma pessoa muito revoltada com isso.

Ele era mulato, não é?

Era filho de italiano com mãe negra. Ele era mulato, cabelo bem pixaim. Então ele se ligou à militância comunista, se ligou aos estivadores, na Bahia, participou da Federação da Juventude Comunista e entrou na Escola Politécnica; queria fazer engenharia, mas abandonou tudo depois com a militância revolucionária. Veio para o Rio em 1936, foi preso, torturado na prisão, apanhou muito, ficou na cadeia até 1937. Depois de solto, foi para São Paulo, onde militou até ser preso novamente em 1939. Sofreu sevícias horríveis nessa época, e só saiu — depois de ter passado por Fernando de Noronha e Ilha Grande — no final da guerra e da ditadura de Getúlio.

Quando ele saiu da prisão, então?

Ele saiu em 1945. Os anos que Marighella viveu na cadeia são marcados por um comportamento heróico. Isso é conhecido. Tem até um livro famoso chamado *Falta alguém em Nuremberg*, escrito por um jornalista que já morreu, David Nasser, que conta toda a história da tortura do Marighella. Depois de ter unhas arrancadas, testículos quase esmagados, uma coisa bárbara, consegue escrever uma poesia belíssima que é *Liberdade*. Marighella era firme, contundente, corajoso; mas, ao mesmo tempo, era bem-humorado e brincalhão.

Tinha muito humor.

Bem-humorado, não parecia que aquele homem tinha passado por torturas tão grandes. Agora, tem uma outra coisa interessante sobre o comportamento dele na cadeia, uma outra marca da sua coerência. Não é só naquele momento, esse momento, é toda uma vida. Marighella, quando estava na cadeia em Fernando de Noronha, onde ele ficou tantos anos, organizou a universidade popular. Entende? Eram milhares e milhares de presos. Ele dava curso de teoria política, economia, ensinava marxismo. Dava aula de história universal. Eles foram montando, não só ele, eram todos os que estavam ali, mas ele foi um dos organizadores desses cursos. Ele achava que aquilo era necessário para que, na vida da cadeia, o homem não se perdesse, não se degradasse, não tentasse o suicídio, porque eram muitas as tentativas de suicídio. Você imagina: um homem preso numa ilha, sem saber o que estava acontecendo no mundo, sem perspectiva nenhuma, se ele não estivesse trabalhando, lutando, estudando, se organizando, ele morria. Definhava ali. Ele organizou jogos de futebol, grupos de teatro. O Marighella era um grande organizador. Ele fazia com que a própria especialidade das pessoas brotasse. Por tudo isso ele era extremamente querido pelos companheiros de cadeia. Posto em liberdade em 1945, ele foi para a Bahia e elegeu-se deputado federal pelo PC.

Você como aeromoça devia ser uma jovem bonita, pelo menos era uma condição básica exigida pelas companhias de aviação no mundo inteiro, já engajada

no processo político, antes de 21 anos, e se encontra com uma figura daquele porte do Marighella. Como é que foi essa relação entre vocês, desde o início?

Olha, eu não tive esse tipo de impacto na minha relação com o Marighella. Exatamente pelo fato de Marighella ser uma pessoa tão simples. Eu me apaixonei, evidentemente, como ele também se apaixonou. Foi na convivência do trabalho partidário mesmo, político, que a gente foi se conhecendo e evidentemente foi se amando. Mas nós só fomos viver juntos, na clandestinidade, em 1948. E aí é que começou a dureza para nós porque ele tinha sido cassado, a fração parlamentar fechada, ele estava com prisão preventiva decretada e eu também.

Antes dele você tinha se apaixonado por alguém?

Paixão, paixão, eu só tive essa. É a paixão mais linda da minha vida. Eu tive namorado, lógico, como toda moça, garota, mocinha, mas paixão assim de dizer: “É com esse mesmo...”

É com esse que eu vou.

Foi com Marighella mesmo. E nessas condições. Quer dizer, com proibição da família, perseguida pela polícia. E a gente se tornou companheiro no dia 4 de dezembro de 1948.

Era uma época de redemocratização?

Não. A redemocratização durou de 1945 a 1947. O partido foi fechado, colocado na ilegalidade, em 1947. Aí começou a perseguição. Ela se completou com a cassação dos mandatos dos parlamentares, em 1948. Aí o movimento começou a ser perseguido, o movimento sindical, o movimento camponês, tudo o que ia surgindo de luta, tudo que existia de luta foi sendo perseguido.

O Marighella era dirigente do Partido Comunista. Agora, a sua militância, onde é que estava?

Espera aí. O Marighella militou em muitos lugares. Quando foi cassado, em 1948, ele recebeu a tarefa de vir para São Paulo, quer dizer, ele veio para São Paulo já clandestino. Nós estivemos durante muitos anos militando com nome trocado. Isso só se amenizou um pouco a partir de 1955, na época do governo do Juscelino [Kubistchek]. Foi quando se fez a campanha pela eleição de Juscelino. Mas antes aconteceram ainda outras coisas. Eu militava sempre onde havia movimento de mulheres, quer dizer, onde havia organização de mulheres. Eu fui durante muito tempo da Seção Feminina do PC. Era uma espécie de comissão, junto à direção da época.

Existia dentro do próprio partido uma tradição de machismo?

Claro, sempre existiu. Tanto no comportamento político como no tratamento

familiar, isso era mais ou menos comum. Sempre existiram muitas companheiras, e pelas quais eu tenho muito respeito, que só davam cobertura para o marido. Eram uma espécie de protetoras do aparelho, é verdade, mas era o máximo, e graças a elas muitos companheiros se salvaram.

Mas seu caso não era bem esse. Você não era só protetora do marido militante.

Não. Eu sempre fui militante. Mulher de um dirigente comunista e também militante. Agora, essa militância tinha implicação no cotidiano, entende? Você militava e você tinha casa, você não tinha empregada, você não tinha mãe, não tinha vizinho, não tinha ninguém que te desse uma força. O cotidiano era uma vida limitada, porque a vida clandestina é muito limitada. Você tem de ter certos cuidados. É uma vida muito difícil. Agora, o que tornava essa vida mais fácil, vamos dizer, esse cotidiano, era o comportamento do Marighella. Por exemplo, ele lavava roupa, mas não sabia passar. Então lia em voz alta enquanto eu passava roupa. Você já pensou num negócio desse? Divisão de trabalho é uma questão que eu encontrei, muito tempo depois, sendo discutida com tanta força no movimento feminista. Na minha vida com Marighella isso era muito natural. A atitude dele em relação ao problema da casa é uma coisa raríssima nos dirigentes comunistas.

Clara, vocês decidiram não ter filhos por causa da militância?

Marighella já tinha um filho da primeira companheira que ele teve quando saiu da cadeia em 1945, e que viveu com a gente em alguns momentos. A gente durante muito tempo evitou, por causa da situação de instabilidade muito grande, e eu não tinha nenhum parente, nenhuma pessoa com quem eu pudesse contar. A vida clandestina não permitia esse tipo de contato. Então, a gente decidiu não ter.

Clara, em 1952 você foi presa em Campinas como Marta Santos. Conta um pouco como é que foi.

Em 1950 foi a época de muita influência do triunfo da Revolução Chinesa, do processo revolucionário, do Partido Comunista, idéias etc. Em 1952 Marighella foi para a China, chefiando a primeira delegação dos comunistas. Quando ele viajou eu recebi uma tarefa de montar uma escola em Campinas. Uma escola de formação de quadros. Eu cheguei em Campinas, não conhecia a cidade e fui recebida por um companheiro que estava sendo perseguido.

Você se lembra quem era esse companheiro?

Era o Hermes Kaires. Eu esqueci o nome todo. Ele me recebeu e ia me levar para uma casa onde eu ia ficar morando para depois poder montar a escola. Aí, a polícia cercou a rua. Eu estava com uma máquina de escrever e uma maleta de

livros, era a bagagem. Tinha uma sacola com umas coisas. Ele conseguiu fugir porque conhecia a cidade. Ele tinha mesmo de fugir, é lógico, estava sendo procurado pela polícia. Ele se mandou e eu fiquei sozinha ali. A polícia cercou, eu comecei a gritar, protestando, mas não adiantou nada. Me levaram. Naquele tempo não tinha preso político em Campinas. Me levaram para a cadeia da cidade. Só havia presas comuns: ladras, prostitutas. Quando abriram a mala, viram livros e aquela faixa linda japonesa que eles nem sabiam o que era. Eu também não sabia direito o que era. Sabia que era uma faixa da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Japão, que eu tinha trazido porque achava linda demais e levei na mala para mostrar aos alunos a lindíssima faixa. Quando eles viram aquela faixa toda escrita em japonês, cheia de símbolos, aí, pronto, eles espalharam para todo o mundo que eles tinham prendido uma espiã internacional chamada Marta Santos (que era o nome que constava na minha receita do oculista), abandonada pelo amante, que fugiu. Aí, a população se comoveu: como é que o amante deixou a outra sozinha? Eu fiquei presa, mas aconteceu uma coisa muito bonita na cadeia. Foi a solidariedade da população. A população e os presos comuns foram se comovendo com a história.

Quanto tempo você ficou presa?

Alguns meses. Não me lembro direito. Só fui solta quando impetraram o segundo *habeas-corpus* e aí foi firmada a jurisprudência, naquela época, de que ter material comunista não era crime. Crime era ser apanhado distribuindo material. Na cadeia aconteceu um episódio muito interessante. Quando fui presa, eu estava começando a ficar menstruada e tive hemorragia. Eles me jogaram numa cela de presas comuns e disseram assim: “Não falem com essa mulher, porque ela é comunista.” E as presas, imaginem, não sabiam o que era essa palavra. E eu com a hemorragia, ali. Daí, elas pegaram um lençol, rasgaram em pedaços — foi uma coisa linda —, expliquei que a minha batalha era para mudar aquelas condições de vida, e aí a polícia me tirou da cela, porque disse que eu estava mudando a cabeça das presas. Mas aí começou a chegar roupa, remédio, a cidade inteira ficou muito... foi um impacto muito grande. Enquanto eu estava presa, Marighella chegou de viagem, clandestino.

Mudando um pouco, tem uma passagem que eu gostaria de saber: como foi a reação de Marighella quando houve a divulgação do famoso relatório de Kruchev sobre os crimes de Stalin, que era uma referência importantíssima para o movimento naquele momento? Já ouvi comentários de que o Marighella ficou profundamente chocado com a revelação dos crimes de Stalin, que ele teria ficado três dias e três noites sem dormir, profundamente abalado com aquelas revelações.

Eu me lembro. Foi numa reunião do Comitê Central em 1956, quando se fez a revelação oficial. O *Estadão* já tinha publicado o relatório denunciando os cri-

mes do stalinismo e o problema do culto à personalidade. Foi o caos. Durante um tempo não se fez reunião nenhuma; uns diziam para os outros: “Não, isso não é verdade.” A tendência generalizada de todo mundo, dos dirigentes, dos dirigidos, é de que aquilo não podia ser verdade. Como é que alguém que a vida inteira achou que o socialismo era uma coisa tão linda, tão pura, podia admitir que aquilo tivesse acontecido lá? Nós esperamos que o [Diógenes] Arruda fosse à URSS e trouxesse a verdade, entende?

E aí trouxe exatamente o quê?

Teve de dizer que aquilo era verdade. Claro, ele teve de colocar na reunião do Comitê Central, e enquanto ele não chegou não se fez reunião do Comitê Central. Porque ele tinha a versão correta, quer dizer, pensava-se que a única versão correta era aquela trazida diretamente de lá e não aquela que saiu nos jornais que sempre criticamos como jornais que estavam inventando, fazendo campanha, denegrindo o socialismo etc. e tal. Quando o Arruda chegou e confirmou os fatos numa reunião do Comitê Central, foi um terremoto. E vou te dizer: Marighella chorou na tribuna. Na reunião havia uma tribunazinha onde o pessoal fazia intervenções, e aí ele chorou. Ele ficou profundamente comovido, não é que ele ficou abalado nas convicções dele, na luta pelo socialismo, como alguns que depois se mandaram, abandonaram a luta para sempre. Ele não. Ele se levantou contra tudo aquilo e começou a batalhar pela reestruturação do partido com novas formas de direção, botando de lado tudo aquilo que era errado, incorreto, os abusos, o autoritarismo, todos os crimes que eram denunciados, porque nossa tarefa era libertar o povo brasileiro.

E você, você ficou em dúvida? Como é que você se sentiu?

Eu também fiquei abaladíssima. Para mim o comunista sempre foi um lutador, revolucionário, pessoa íntegra, pessoa humana com defeitos e qualidades como todo mundo tem, mas íntegro no seu comportamento, com coerência de vida. Para mim, um comunista tem de ser um cara decente, companheiro, fraterno, solidário, eu sempre achei isso. Eu acho isso até hoje. Enfim, as pessoas ficaram baqueadas durante muito tempo e depois foram se reincorporando devagarinho, outras abandonaram para sempre, foram cuidar de outras coisas. Debandaram mesmo. E o Marighella, apesar de ter ficado tão abalado com a denúncia, ia procurar pessoa por pessoa. Ele era um homem de uma tenacidade muito grande. E dizia: “Nós temos de ter um partido revolucionário diferente disso que a gente soube que aconteceu.” E foi ele praticamente quem ajudou a manter o pessoal unido.

Houve uma fase posterior em que o Marighella foi bastante crítico em relação ao Prestes. Como é que foi esse processo?

Mas aí tem outro fato que é mais importante. Arruda acumulava poderes de direção e decisão no partido e Prestes era uma figura permanentemente clandestina. Quase ninguém tinha acesso ao Prestes. Só o Arruda e mais umas duas ou três pessoas. Ele estava absolutamente afastado do contato com os militantes, entende? A solução foi trazer o Prestes para a discussão no partido. E o Marighella foi quem assumiu a responsabilidade de trazer o Prestes para a legalidade. Juscelino já tinha sido eleito, a eleição tinha sido feita com o apoio do PC. Então, o Marighella começou a defender que precisava trazer o Prestes para falar à imprensa. Ele devia aparecer, já que era o dirigente máximo do partido. Claro que aí havia gente que dizia que não. Foi um impacto o Prestes dar uma entrevista depois de tantos anos de clandestinidade. O PC já tinha uma sede alugada na Cinelândia, no Rio de Janeiro; não havia nenhuma inscrição do Partido Comunista, mas todo mundo sabia que os comunistas se reuniam lá. Era pública. E era lá que se reunia a direção. Todo mundo ia lá. O Marighella tinha aquela visão de modificar, de tornar o partido aberto. Ele achava que tinha que romper alguns tabus. Atuando praticamente como legal. A partir daí é que nós começamos a viver legalmente, ele e eu.

E em que consistia seu trabalho com mulheres nessa época?

Eu fazia trabalho de organização partidária, que era discutir e ajudar a organizar a questão da mulher dentro do partido e no movimento. Depois, a gente formou muitas organizações que se desfizeram ao longo da história. Aí seria um capítulo especial sobre o movimento de mulheres, mais ou menos seguindo o próprio percurso. Em 1959 a gente fundou a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que foi uma das entidades mais combativas de mulheres até hoje. Foi a organização que teve talvez mais contato com a população, que levantou mais a problemática da mulher e que tomou posição também diante dos grandes problemas do país. Até o golpe. Eu fui a Cuba como convidada para participar de um congresso representando a Liga. Foi lá que eu tive oportunidade de assistir aos acontecimentos de 1962, a retirada dos mísseis.

Como foi esse episódio?

Os americanos cada vez mais ameaçavam Cuba de invasão. Já tinha havido a invasão de 1961, conhecida como a invasão da Baía dos Porcos, que os cubanos levaram 72 horas para rechaçar. Houve uma mobilização impressionante do povo. Os americanos não aceitavam ter uma ilha se declarando socialista a 90 milhas dos Estados Unidos. Era um exemplo perigoso de transformação para as sociedades do continente. Então, eles foram cada vez mais apertando o cerco, e o bloqueio se deflagrou. Na reunião da OEA em Punta del Este já tinham decretado o bloqueio a Cuba. Cuba estava isolada. Qual era a idéia dos americanos? Isolar, para depois invadir. Diante disso, a URSS — que vinha ajudando Cuba desde os

primeiros momentos da Revolução, mandando petróleo, comida etc. —, a pedido do governo cubano, colocou os mísseis para que Cuba pudesse se defender no caso de um ataque. Os americanos detectaram que os mísseis estavam lá e exigiram que fossem retirados. Isso gerou um conflito de proporções internacionais fantásticas, uma luta direta entre a URSS e os EUA, tendo Cuba como centro. Os americanos praticamente anunciaram que iam invadir se os mísseis não fossem retirados. A URSS, achando que isso poderia se transformar em realidade, retirou os mísseis. Foi uma coisa rapidíssima. Mas a população cubana não sabia; Kruchev retirou os mísseis antes de consultar os cubanos. Eu estava em Cuba nesse momento. Todas as atividades foram suspensas, os vôos todos interrompidos, você não podia entrar nem sair, a população todinha começou a se preparar, eu vi brigadas de primeiros socorros com crianças de 9 anos de idade. Impressionante! E o povo cavando trincheiras, eu nunca tinha visto uma metralhadora de perto. Mesmo da janela do hotel a gente via tudo. Duas coisas me impressionaram naquele momento: de um lado, o grau de mobilização da população, que eu nunca tinha visto igual, o povo inteiro na cidade, parecia formiga, todo mundo se preparando. E, de outro lado, o povo querendo saber o que ia acontecer. E começaram a anunciar que Fidel ia falar. Nesse meio tempo chegou o Utan, presidente da ONU, que era tailandês. Começaram as negociações e aí eu vi um espetáculo incrível. A ilha praticamente ficou paralisada para ouvir a explicação de Fidel. Todo mundo, sentado no chão, em cadeiras, em pé, de todo jeito. Aquele silêncio impressionante. Então ele foi, ao mesmo tempo, colocando a posição dele de respeito à solidariedade da URSS e a crítica pelo fato de Kruchev ter feito a conversação com Kennedy, sem ter falado com ele. E depois ele continuou o discurso conclamando o povo a se mobilizar, a se organizar, porque eles não podiam acreditar nos EUA mesmo que tivessem feito o acordo, que quem defendia a independência do país era o próprio povo. Quando terminou, era um silêncio, mas um silêncio tão bonito!

Em 1963, você estava na URSS. Quando a primeira mulher foi ao cosmos. Como é que foi esse episódio?

Em 1963 foi realizado na URSS o Congresso Mundial de Mulheres. E o Brasil foi convidado também. Fomos 53 mulheres do Brasil, de vários estados. Era uma delegação bastante heterogênea. Foi uma experiência muito rica para todo mundo. Primeiro, um contato com as realidades de todos os movimentos que participavam do congresso. Segundo, as conquistas da mulher soviética no campo econômico, principalmente, e também no terreno social, e o fato de a primeira cosmonauta ser soviética comprovavam a possibilidade de a mulher ter acesso a qualquer tipo de profissão. Foi um impacto muito grande na nossa delegação.

Já estamos às vésperas do golpe militar de 1964. Como foi a sua experiência?

O Marighella tinha sempre a preocupação de que as crises políticas iam se repetir até se dar o desfecho. Essa não era a opinião da maioria da direção. Tanto é verdade que a crise foi se agravando e a direção não se preparou absolutamente em nada, nem tinha uma casa para se esconder. O golpe estava sendo preparado ostensivamente na área militar e na área civil. Nos meios de comunicação era uma coisa terrível. Basta você ver a imprensa daquela época. E o PC confiava em que o povo estava cada vez mais forte, que o golpe não viria. E essas idéias todas foram produzindo uma confiança muito grande nos quadros da direção. A análise estava errada. E como estava errada, o despreparo ficou evidenciado a tal ponto de você não tomar medidas de segurança nem com os dirigentes. Não se imaginava que fosse acontecer, então para que se preparar? A única pessoa que não foi tomada de surpresa foi o Marighella. Porque, com muito tempo de antecedência, ele começou a preparar uma casa para ele no caso de necessidade. E foi o que aconteceu. No dia do golpe, a polícia veio nos prender; subiu de elevador enquanto nós descíamos pela escada. Isso em nível pessoal. Em nível partidário, a preparação da resistência não dependia só dele, dependia do conjunto de dirigentes. Mas havia um confronto de idéias e atitudes dentro da direção e a prática revelou que Marighella tinha razão. Os fatos e a realidade comprovaram isso.

Quando houve a prisão dele em 1964 no Cine Sky Tijuca, vocês estavam morando juntos?

Quando o golpe se deflagrou no dia 31 de março, Marighella tentou ainda organizar a resistência na Cinelândia. Ele com alguns militantes de esquerda, estudantes e pessoas que estavam ali. Isso é um fato que muito poucas pessoas conhecem. Ele achava que era inconcebível aceitar o golpe sem fazer nada. Qual era a idéia dele? É de que era preciso não deixar esfriar. Que o golpe tinha produzido um impacto muito grande no meio da população, certo? E de que era preciso fazer um chamamento ao povo para se organizar, para ver se se tentava evitar todas as conseqüências posteriores. E aí fez um contato com pessoas que pensavam como ele e imprimiram o primeiro jornal chamado *Resistência*... Ele tentou reorganizar a resistência uma vez que o PC estava disperso. Foi quando ele foi baleado e preso, no dia 9 de maio de 1964. Como nós tínhamos saído do apartamento só com a roupa do corpo, ele manteve contato com a zeladora do prédio para que ela mandasse as cartas ou o que chegasse. Nesse contato ele percebeu que estava sendo seguido, mas não tinha certeza. Aí, o que ele fez? Como ele conhecia a região, entrou no cinema para fugir na saída. Por isso ele entrou. Era de tarde, uma matinê, cheia de crianças. E aí, quando ele entrou e se sentou, a polícia fez o cerco ao cinema e entrou atirando nele dentro do cinema. Criou um enorme pânico com crianças gritando, chorando, apavoradas com aquele tiro. O que salvou foi que ele deu um pulo e começou a gritar: “Abaixo a ditadura militar fascista!”

Já baleado?

Já baleado. Então, ele começou a lutar com a polícia ali dentro, mas foi sendo arrastado e começou a desmaiar, porque estava perdendo muito sangue. Quando ele chegou na porta do cinema, recuperou um pouco as forças e começou a empurrar com os pés; eram 14 policiais. Foi tão violento e tão covarde que quando eles o levaram ao hospital, nenhum hospital queria aceitá-lo. Perguntavam: “Que que é, esse homem sofreu um acidente? Foi baleado?” Como eles não podiam dizer que ele tinha sido baleado pela própria polícia, os hospitais se recusaram a recebê-lo, até que ele foi bater no Souza Aguiar, o hospital que o recebeu, tirou a bala e tudo. E quando ele recuperou os sentidos dentro do hospital, ainda pensando que estava lutando, ele continuou gritando: “Abaixo a ditadura fascista!”, aquelas coisas todas. Aí o médico falou para ele: “Marighella, você não está brigando com a polícia, você está num hospital.” Daí ele se acalmou, ficou quieto, tiraram a bala depois. Mas isso levantou um clamor. O *Correio da Manhã*, que havia apoiado o golpe, começou a protestar, dizendo que não tinha havido tiro no golpe de 31 de março. Que o único tiro havido no golpe era o tiro que deram no Marighella. E começou a fazer campanha denunciando o horror que foi aquilo.

Ele ficou quanto tempo na prisão?

Não chegou a quatro meses, naquela época.

E você sabia que ele estava vivo?

Não, imagina. Foi uma loucura isso aí. A polícia passou a notícia de que ele estava passeando no cinema com uma amante. Era a zeladora que tinha levado a roupa para ele. Ela foi presa também. Foi presa e torturada. Queriam saber se havia chineses em casa, uma loucura, né? E a gente ficou em dúvida. Eu não podia visitá-lo na cadeia, foi uma coisa bárbara aquele momento. Quando ele saiu, estava com 14 quilos a menos. Na cadeia ele teve a mesma postura de sempre. Dessa vez ele não foi torturado fisicamente. Quando o general Taurino Rezende foi lá — Taurino era o general dos IPMS, os famosos Inquéritos Policiais Militares, que teve um filho preso também — para examinar as condições carcerárias, Marighella arrancou a camisa e começou a protestar, denunciando as condições de tortura de outros presos, gente que estava quase cega, gente que perdeu a vista mesmo, gente que foi torturada de todo jeito. E não tinha havido até então nenhum tipo de luta. Por isso é que a ditadura militar é tão criminosa. Prenderam todo tipo de liderança, inquéritos policiais foram instaurados contra todo mundo, foi uma das épocas, mais vergonhosas da história do Brasil. Até uma feijoada na casa do Ênio Silveira* resultou num Inquérito Policial Militar, coisa ridícula, né?

* Editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira. Falecido em 1996.

E o partido?

Marighella continuava sem contato com a direção. Imagina, depois do que aconteceu, eu acho que a direção não queria nem vê-lo. Houve muita crítica em cima dele. Como é que um mês e nove dias depois do golpe ele estava andando pela rua? Mas levantou uma simpatia no meio da juventude. Era o primeiro ato de resistência que aparecia contra a ditadura e que foi descrito no livro *Por que resisti à prisão*. Ele diz no livro mesmo que a resistência pessoal era uma atitude que ajudava a mostrar que era preciso resistir contra aquela ditadura. Quer dizer, às custas do exemplo dele mesmo, do combate que ele travou sozinho ali, naquele momento.

Esse livro caiu como uma bomba?

Claro. A direção achava que era um absurdo, que era uma atitude aventureira...

Você sempre fechou com ele ou teve momentos em que você discordou?

Não, tinha algumas posições de que eu discordava, vamos dizer, na prática.

Atitudes mais radicais dele?

Não. Nessas horas ficava com ele. Quando houve o negócio do cinema fiquei abaladíssima porque eu não estava com ele naquela hora.

Depois desse episódio, que foi marcante, como é que evolui a ruptura definitiva com a direção?

Aí é o período em que ele procura travar a polêmica no terreno das idéias, foi mais forte porque houve a tal desagregação do partido naquela época, tal a falta de orientação, ninguém sabia o que fazer, ficava todo mundo esperando. Após o golpe, a situação ficou pior do ponto de vista econômico, o custo de vida, a carestia, o desemprego, a falta de liberdade. Estava todo mundo descontente, mas pouco a pouco o povo foi se reorganizando. Você vê pelo processo de resistência dos estudantes. Para o movimento operário foi bem mais difícil porque tudo era muito perseguido. Agora, o Marighella estava nessa batalha de tentar ganhar o partido para uma outra concepção sobre como conduzir a luta daí para frente. Ele escreveu dois livros e defendeu suas teses no processo de preparação do VI Congresso. Foi contra todas as teses revisionistas que circulavam, principalmente no comitê de São Paulo, e as idéias dele foram ganhando corpo dentro do partido. Então, nesse ambiente foram preparadas as discussões e depois o próprio congresso, mas aí aconteceram coisas incríveis. A direção tentou criar obstáculos contra a livre expressão das pessoas que tinham idéias contrárias à sua. Eu mesma não pude participar porque não me pegaram para ir ao local do congresso. Aqui em São Paulo as teses do Marighella foram vitoriosas. Quase por unanimidade.

Por essa razão foi boicotado?

Sim. A traição começou por aí. A direção nacional ajudou a criar uma direção estadual paralela que se contrapunha a essas teses vencedoras. Você entende? Daí é que ele foi vendo que não havia condições, foi aí que ele foi perdendo definitivamente a crença na possibilidade de continuar lutando dentro do partido.

Quando é que se dá a ruptura?

Quando ele decide participar da conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) em Cuba [em julho de 1967], à revelia da direção do PC, que o desautoriza. Nesse momento ele escreve a Carta de Havana, que é um marco histórico.

E o Agrupamento Comunista, quando foi formado?

Quando ele voltou, o partido tinha traçado a sua linha, com a qual a gente não concordava. Foi quando ele formou o Agrupamento Comunista de São Paulo. Uma série de companheiros que pensavam como ele no Agrupamento Comunista eram chamados para um outro tipo de ação contra a ditadura militar. Mas o Agrupamento não podia ficar só naqueles chamamentos. Porque naquela época havia um grande processo de discussão na esquerda desse país. Muitos grupos surgiram, foram pipocando aqui e ali. Exatamente porque o partido não conseguia dar a resposta à situação. Cada grupo propunha uma coisa diferente para enfrentar a ditadura. Mas os grupos não entravam em acordo. Era uma dispersão violenta. Teve uma vez em que o Marighella se reuniu com 19 grupos diferentes e todos diziam que estavam contra a ditadura militar, todos diziam que era preciso reagir, mas ninguém propunha um encaminhamento prático. E nem se chegava também a uma unidade da concepção sobre a tática que se devia utilizar para a luta. A análise que ele fazia era a seguinte: havia dois caminhos — ou a gente começa a agir e vai aglutinando as forças ou essas forças vão se dispersar, vão se desgastar, a ditadura vai se reforçar e o povo vai ficar paralisado. Foi isso que levou Marighella à concepção de que era preciso fazer um tipo de organização que agisse, e daí esse nome: Ação Libertadora Nacional. Ação porque era a forma de trabalho concreta. Libertadora Nacional porque ele achava que o caráter de luta diante da situação que havia no Brasil era antiimperialista.

E ele pensava em aglutinar todos esses grupos de esquerda?

À medida que a ação fosse se processando, aqueles grupos que discutiam iam acabar se juntando.

E a concepção do partido?

Ele achava que a direção tinha se burocratizado, tinha perdido a visão revolucionária do processo no Brasil, que era melhor formar um partido com aqueles

homens e mulheres que fossem fazendo a luta, fossem se revelando lideranças autênticas. Essa foi a divergência que houve entre os que defendiam a formação imediata de um partido e os que pregavam a formação de um partido no processo do próprio combate, como era o caso do Marighella. Eu já ouvi várias críticas ao Marighella, de que ele teria orientado a resistência contra a ditadura só na área militar. Isso não é verdade. Ele achava que o movimento de massas sozinho não teria vez contra a ditadura. A ditadura cortava as lideranças sempre que despontavam. Então, ele achava que deviam nascer as duas coisas juntas: ir levantando o movimento de massas, para ir organizando a população em torno das suas reivindicações — liberdade, trabalho, direito de organização etc. — e, ao mesmo tempo, com as ações armadas, ir respondendo à brutalidade da violência dos militares.

Na época, o campo era considerado uma área estratégica, onde se conseguiria um exército revolucionário, uma vez que a cidade vivia permanentemente sob cerco tático, portanto... E essa concepção é colocada em segundo plano diante da luta urbana. Por quê?

Não houve tempo de fazer a implantação do trabalho no campo. As coisas foram se precipitando de tal maneira na cidade que impediram que se fizesse uma base de sustentação no interior. Marighella iria para o interior no dia 9 de novembro, se não tivesse sido assassinado. Foi muito pouco tempo. Ele inclusive rodou pelo campo. Mas, depois que se deram aquelas quedas todas, ele achou que precisava reorganizar o trabalho todo da cidade, salvar a vida de muitos companheiros, parar, pensar, reformular muitas coisas e ver como acumular forças na luta contra a ditadura.

Deixa eu fazer uma pergunta chata? Não aconteceu de a ALN ficar muito [centralizada] na pessoa de Marighella e ele não ter conseguido distribuir as responsabilidades de tal maneira que não ficasse tão dependente dele?

Olha, mas em muitos momentos as coisas se deram sem o controle dele.

Ficava dependendo, para dar certo, do controle dele?

Não acho que seja isso. É claro que ele era a figura de mais peso, ele se tornou uma referência da resistência. Porque era um homem que tinha mais experiência, era a figura mais conhecida, o processo era muito novo, e ele se jogou na luta de peito aberto, mostrando que o povo brasileiro podia não se dobrar.

Para mim a ALN era o Marighella. Para as pessoas de fora, inclusive, passava muito essa imagem.

Sim. Mas não era uma coisa dele, pessoal. A ditadura é que o transformou na figura central. Ao contrário, a grande batalha dele era tentar formar quadros. Ele tinha uma preocupação enorme, principalmente com os quadros jovens e com

os quadros antigos que se tinham desligado do partido. Aí haveria um grupo grande de pessoas mais experimentadas politicamente, seria mais fácil. Isso é um dado real.

E a concepção de luta armada?

Essa concepção foi sendo elaborada no processo da própria luta. Marighella escrevia muitos de seus textos baseado na própria prática revolucionária. O importante era captar o que estava aparecendo de novo na resistência para depois elaborar e divulgar. Entende? Essa era a visão dele.

Isso, de certa forma, se contrapunha à visão clássica de vanguarda.

Exatamente.

Inclusive, uma das coisas que caracterizaram a ALN foi a participação de padres católicos dentro da ALN. O que Marighella pensava a respeito desse setor?

Se você reler hoje o que ele escreveu em 1964, no livro *Por que resisti à prisão*, ele faz a defesa de todas as forças progressistas da Igreja e faz uma proposta de que era preciso unir todas as forças que, no Brasil, se opunham à ditadura militar, e dá um destaque também para o setor da Igreja, porque houve uma série de padres que foram perseguidos e presos após o golpe. No Brasil, naquele tempo, não se falava em Teologia da Libertação como se fala hoje. A Igreja progressista tinha um papel muito importante no seio do povo. Tinha influência muito grande nos trabalhadores, principalmente no trabalhador da cidade. Ele foi um dos primeiros a ver isso.

A luta de resistência foi se enfraquecendo diante do chamado “milagre econômico” que isolou aquele movimento. Essa combinação de fatores levou a derrotas profundas que culminaram com o massacre de 1969 em diante. Marighella morreu em 1969.

Morreu não, foi assassinado.

Foi assassinado no dia 4 de novembro. Você teria alguma coisa a falar sobre isso, gostaria?

Olha, eu acho que a gente tem um compromisso perante o próprio povo brasileiro de acusar as forças que covardemente mataram o Marighella, como mataram outros revolucionários no Brasil: homens e mulheres. Na história brasileira, nos momentos mais cruciais do processo histórico, a luta nunca é travada abertamente. Quer dizer, as classes dominantes no Brasil, ao longo da história, quase sem exceção, se utilizam sempre do ataque traiçoeiro, covarde. Você pega até Zumbi, se você quiser ir mais para trás, há sempre delação e assassinato. É o caso de Tiradentes e outros mais. No caso do Marighella isso não foge à regra. Homens de uma vida muito coerente, que batalharam, combateram, para trans-

formar essa sociedade injusta, que não quiseram utilizar muitas vezes um método de luta talvez mais violento, mas tiveram de o usar para responder a um processo cruel, desumano, contra o povo, esses homens não tiveram oportunidade de fazer um combate frontal. Não chegaram a ter tempo. Eles são sempre assassinados covardemente, como aconteceu com Marighella. Ele já estava apontado para morrer, marcado para morrer, desde o primeiro dia do golpe. A morte dele, o assassinato dele em 1969, é a consequência do que estava programado em 1964. Quem matou Marighella em 1969 matou o Chico Mendes agora e outras lideranças camponesas. Essas lideranças estavam fazendo alguma coisa? Estavam lutando pelo direito de ter a propriedade da terra. Não deram um tiro, não fizeram nada.

Clara, como é que você reagiu, como é que foi a sua emoção?

Foi brutal.

Você soube pelo rádio, pelos jornais ou alguém te falou?

Soube logo em seguida. Embora a gente tenha se preparado o tempo todo, mas eu não queria falar sobre isso, não...

Claro. Com a morte do Marighella você saiu do Brasil?

Eu saí do Brasil em 1970, certo? Fui passando por aí e acabei ficando em Cuba. Em Cuba foi outra fase de minha vida. Fiquei nove anos lá.

Você acha que lá você conseguiu reorganizar sua vida?

Não. Eu reorganizei minha vida como você pode reorganizar no exílio. É diferente você reorganizar sua vida no exílio e reorganizar sua vida no país de origem. Uma das coisas mais bonitas que eu encontrei foi o comportamento do povo cubano em relação à gente. Em relação a todos os exilados. Cuba, para mim, foi muito especial. Primeiro, porque o povo cubano teve uma formação a partir do processo revolucionário, ele teve uma educação que intensificou muito o sentimento de solidariedade que já existia evidentemente no povo, mas que, com a Revolução de 1959 para cá, aumentou muito. A solidariedade ao povo chileno, quando houve o golpe no Chile, a chegada de milhares de famílias chilenas lá, de solidariedade ao povo de Angola, eu vivi todos aqueles momentos. E é uma coisa difícil de acreditar. Eu vi cenas, quando houve o golpe do Chile, como a do povo votando em praça pública, para dar uma casa para cada família latino-americana que chegasse como exilada em Cuba, apesar de o povo cubano não ter resolvido ainda o problema da habitação.

E como foi sua posição diante das mudanças no cenário político nacional? Houve necessidade de uma reformulação. Como é que isso se deu com você?

Durante um tempo grande nós ficamos no exílio sem notícias. Eram notícias esparsas, que chegavam de maneira muito precária. Exatamente quando começou a afrouxar um pouco a situação aqui, começaram a chegar informações. Mas passava muita gente por lá. Vinha de um lado, vinha de outro, com mil propostas, propostas as mais loucas, mas se falava muito na união das forças de esquerda. Queríamos saber quais os caminhos que seriam possíveis no Brasil. A ditadura ia cair por si só? O povo estava lutando? Quando foram surgindo as notícias desse movimento sindical combativo, nossa!, foi uma alegria enorme lá. Acho que foi a grande esperança que surgiu para o pessoal há tantos anos no exílio. Aí começaram a chegar as primeiras notícias de que estava se formando um partido diferente, o PT. Outros diziam que não, que não era bem isso.

Clara, você tem toda uma trajetória de militância e engajamento. No exílio você se sentiu marginalizada da luta?

Não, eu não me senti marginalizada. Discutíamos muito a situação do Brasil, realizávamos atividades de solidariedade ao povo brasileiro e a outros povos da América e participávamos com o modelo de trabalho do processo de construção da sociedade socialista.

Em termos profissionais, em Cuba, você trabalhava em quê?

Eu fiquei um tempo grande sem trabalhar. Estive doente, hospitalizada várias vezes, mas, enfim, eu trabalhei como tradutora em uma empresa muito importante de tradução simultânea que tem lá. Além disso, fiz trabalho voluntário no campo em fins de semana e participei de trabalhos de solidariedade e divulgação das metas do povo brasileiro.

Quando é que você começou a ter notícias da reorganização partidária?

O primeiro impacto não foi a reorganização partidária, o impacto lá foi a reorganização sindical, daquela grande concentração da Vila Euclides, nossa!, ninguém queria acreditar. A gente tinha saído daqui com o movimento sindical praticamente esmagado, esfacelado, foi uma alegria enorme.

Você volta em que ano?

Eu voltei em 1979.

Graças à Anistia?

É. Voltei até sem documentos, porque eu não tinha passaporte. E o governo não queria autorizar a volta, porque eu não tinha documentação. Depois desses rolos, eu voltei e aí comecei a procurar emprego, a reorganizar minha vida aqui: não tinha absolutamente nada. Quando eu cheguei e comecei a conversar com as pessoas sobre o fato de ter sido anteriormente militante do PCB, durante tantos

anos, o pessoal perguntava se eu ia voltar para o PC. Mas eu já tinha decidido entrar no PT, pelas características da formação do partido. Não foi fácil no começo, porque as pessoas diziam que eu não ia ter chance de discussão. Diziam: “Imagina, deve ter muito anticomunismo, você vai ser discriminada.” Ouvi muito isso no começo. Eu pelo menos não senti, nunca, nenhum tipo de discriminação depois que eu voltei para o Brasil. Eu entrei para o PT, fui eleita para o primeiro Diretório Regional de São Paulo. Aliás, fui eleita três vezes, nos três diretórios seguidos. Entrei para a Comissão de Mulheres do PT, que era o meu grande interesse, poder continuar trabalhando na questão da mulher. Fui candidata pelo partido, não por opção, mas por proposta mesmo das mulheres e de outros setores do partido. Tive uma votação surpreendente, que possibilitou conversar com muita gente, encontrar muitas pessoas, debater idéias sobre o socialismo, foi muito importante a campanha de 1982. Continuei, não fui eleita, mas continuei no trabalho de organização partidária. Voltei a ser candidata em 1986, mas aí eu já estava bem baqueada de saúde e depois operei o coração — safenada. Atualmente eu estou na prefeitura [de São Paulo].

Clara, estamos chegando ao final. Você tem a marca registrada da sua relação com o Marighella. Você acha que isso sufocou sua personalidade, sua atuação, sua participação ao longo desse processo, essa vinculação direta?

Eu tenho a marca, evidentemente. Nós fomos companheiros de muitos anos, 21 anos, tendo vivido distantes muitas vezes, por força da circunstâncias. Mas Marighella nunca sufocou a vida de ninguém. Cada um tinha uma vida absolutamente independente.

Ele era uma personalidade forte, uma presença forte, uma liderança reconhecida. Mas vivemos num país machista e, conseqüentemente, em que a mulher sempre ocupa um lugar subalterno. A realidade levou você a uma situação desse tipo?

Não. Eu acho que nesse sentido, não. O que houve é que muitas vezes essa convivência criou limitações para o meu desenvolvimento, mas as limitações não foram impostas por ele. As limitações foram impostas pelo próprio processo de luta no Brasil. Nesse sentido podia ter sido com ele ou com outro.

Eu queria aproveitar para desmistificar a imagem do revolucionário que é o herói acabado, perfeito, sabe? Marighella era um homem simples, generoso e lutador. Merece nossa homenagem, que também é extensiva a todos quantos lutaram, sofreram, foram torturados e assassinados. Queriam construir um outro país, com homens e mulheres livres e felizes. Desejo simples do ser humano. Por isso os lutadores estão em nosso coração.